

## Conclusão

*Ainda é tempo de incluir essas vidas, nossas vidas, no seu sentido próprio, no seu sentido verdadeiro: o sentido, muito simples, da vida, da dignidade, de seus direitos. Ainda dá tempo de subtrai-los ao bel-prazer daqueles que os ridicularizam (Forrester, 1997).*

Primeiramente, é importante dizer que, em nosso entendimento, a conclusão de um trabalho científico é sempre provisória e limitada. Ela responde a uma questão determinada que se problematiza em um momento dado, o que não significa, evidentemente, relativizar em termos absolutos as respostas dadas às questões investigativas que se nos apresentam em um estudo.

O fato é que entendemos o homem em sua práxis, que cria e recria o mundo, como sendo historicamente determinado. Dessa premissa deriva o caráter também histórico, portanto, mutável e provisório dos fatos sociais e/ou dos significados atribuídos a eles. É esse caráter histórico que torna pertinente os questionamentos feitos à formação sindical cutista em torno dos quais essa pesquisa foi desenvolvida.

Vale lembrar que o movimento sindical carrega uma história formativa de avanços e retrocessos que reflete sua inerente contradição. Trata-se de uma formação sindical que vem desde um longo período de tutela estatal, passando por uma passageira autonomia formativa e chegando à atualidade na qual, a despeito de sua história de luta, o movimento sindical faz parceria com Estado substituindo-o no oferecimento de escolarização e profissionalização.

Essa retomada histórica é fundamental para entender as práticas formativas adotadas pela Central Única dos Trabalhadores a partir de meados da década de 90. Isso porque, uma vez que a CUT foi criada em um período de luta pela redemocratização do país e pela consolidação de um sindicato autônomo e desatrelado do Estado, só é possível entender suas práticas formativas a partir da conjuntura que se configurava no Brasil no momento em que ela assumiu, em certa medida, a responsabilidade social pela educação do trabalhador; responsabilidade essa que a CUT, enfaticamente, cobrou do Estado ao longo de sua história.

Não há dúvida, e realmente queremos crer nisso, que o avanço das políticas neoliberais e a reestruturação produtiva, processos que geraram mais do que nunca

desemprego em massa e, por isso mesmo, a desarticulação do movimento sindical, acabaram por motivar a redefinição das políticas de formação da Central como forma de responder às novas necessidades da classe trabalhadora.

Uma vez que a redefinição planetária das relações Capital - Trabalho resultaram num processo desumano de substituição do homem pela tecnologia avançada, as questões de formação e de apropriação do conhecimento passaram a ser os problemas imediatos da classe trabalhadora. Isso porque, na atualidade, não se trata de defender condições humanas de trabalho, carga horária menor, tempo de lazer, salários justos, dentre outras reivindicações, trata-se, na verdade, de uma luta desenfreada para manter o emprego, ainda que sob condições desumanas.

Nesse sentido, capacitar os trabalhadores de acordo com as novas exigências do Capital passou a ser a obsessão das organizações sindicais. Metaforicamente, o Capital amarró as pernas, cerrou a boca e cortou os pulsos dos trabalhadores. O desemprego causado pela reestruturação produtiva provocou, para dizer o mínimo, a morte súbita do movimento sindical pelo fato de que, antes, se lutava por condições de trabalho justas. Hoje se luta pela permanência de alguns poucos no mercado formal de trabalho e, o que é pior, luta-se pela manutenção do emprego sem a menor garantia de que isso será possível. De outra feita, a qualificação dos trabalhadores não serve apenas ao intuito de mantê-los empregados; serve também para criar possibilidades de trabalho para aqueles que já foram excluídos do mercado formal.

Essa conjuntura explica o fato de a CUT desenvolver projetos de escolarização e profissionalização. Explica, mas não justifica. Entendemos que as políticas econômicas e sociais do neoliberalismo deixam poucas alternativas à classe trabalhadora, mas, à medida que o sindicalismo sucumbe aos seus caprichos e atende as suas exigências, deixando de lado a luta por trabalho e vida digna para todos, o movimento se fragiliza ainda mais. E não é só isso; se a existência histórica do movimento sindical pressupõe oposição ao Capital e ao Estado, espera-se que a classe trabalhadora se negue a participar do jogo desigual imposto pelo capitalismo.

Embora se trate da vida imediata dos trabalhadores, e entendemos isso como condição de humanização, espera-se que o movimento cumpra sempre sua função política e social de exigir que todos tenham condições de manter suas vidas de forma digna. Se de um lado, é compreensivo que a CUT busque alternativas para os problemas imediatos da classe trabalhadora, de outro, à medida que ela traz para si a responsabilidade pela educação do trabalhador, minimizando o papel social do Estado,

ela nega sua própria história reivindicativa e compactua com as políticas neoliberais que solaparam o movimento sindical nos últimos anos.

Em última instância, essas novas práticas formativas do movimento cutista corroboram as idéias de *cidadania outorgada* e *partição indireta* que foram sendo consolidadas no Brasil no início dos anos 90, quando as ONGs do Terceiro Setor passaram a assumir a interlocução entre Estado e a população. Como já foi dito anteriormente, a parceria entre ONGs e Estado cumpre o papel de minimizar a responsabilidade social do Estado e de pôr em xeque a necessidade da participação da população, através de suas organizações, na reivindicação de seus direitos e na definição dos rumos do país.

Quanto ao Terra Solidária, as falas dos entrevistados indicam que, em alguns aspectos, o projeto provocou mudanças em suas vidas pelo fato de que o processo educativo esteve pautado no trabalho, no cotidiano e nas necessidades dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, a despeito de alguns distanciamentos entre aquilo que o Terra se propunha oferecer e as expectativas dos trabalhadores, esse projeto pode se configurar como uma prática educativa verdadeiramente classista, organicamente comprometida com os trabalhadores rurais. Essa possibilidade de formação classista do Terra Solidária vem se desenhando, ainda que de forma lenta, na mentalidade diferenciada, na postura crítica e no processo auto-gestionário de organização e participação política das comunidades que investigamos.

As falas dos entrevistados sinalizam que a participação em suas comunidades e no sindicato não apenas intensificou como ganhou mais qualidade em função do processo de instrumentalização e das informações que receberam sobre seus direitos. Hoje os trabalhadores dizem perceber com mais clareza os mecanismos de luta que precisam engendrar para reivindicar e fazer valer as políticas sociais que lhes são devidas pelo Estado. Dizem perceber, também, que só à medida que assumirem a tarefa de organização coletiva e de participação efetiva, através do sindicato e de outras organizações, será possível vislumbrar uma mudança efetiva em suas condições concretas de vida. Dizem, ainda, compreender o poder do sindicato e da organização comunitária como instrumentos políticos poderosos que podem fazer frente à histórica negação de seus direitos enquanto cidadãos.

Todavia, ainda que as falas dos trabalhadores frisem o início de uma 'nova mentalidade' política em relação à participação e ao engajamento, não se pode pressupor que há uma relação de causalidade entre o que é dito e o que é feito. O fato de

os trabalhadores demonstrarem uma certa consciência crítica sobre a necessidade de participação não pressupõe profundas mudanças na forma e na intensidade de seu engajamento político. Isso pode ser percebido quando se compara a participação sindical dos trabalhadores antes e depois do Terra Solidária. Como se sabe, em Cerro Azul não há, atualmente, engajamento sindical, assim como não havia antes do Terra; em Itaperuçu existem mudanças, mas elas não sinalizam para profundas modificações na forma e na intensidade da participação sindical. Mesmo que o processo educativo tenha gerado minimamente, como era de se esperar, uma qualidade maior na participação dos trabalhadores, principalmente pelo acesso às informações que eles reconhecem não terem antes do Terra, as mudanças precisam ser vistas como um processo contínuo e gradual.

A história que esses trabalhadores e suas comunidades construirão daqui pra frente poderá indicar a importância política do Terra Solidária e sua possibilidade de fomentar processos de conscientização, organização e participação política. Acreditamos que o Terra Solidária pode ser um mecanismo de instrumentalização política e material dos trabalhadores ante ao crescente processo de pauperização do trabalho, desde que esteja pautado em um processo educativo autônomo que permita aos homens marginalizados, social e politicamente, organizarem e lutarem por uma vida com dignidade no campo, em suas terras e na comunidade.

No que diz respeito às atividades agrícolas, os dados indicam que o projeto promoveu maior consciência agroecológica, percebida pelo abandono gradativo dos produtos químicos e pela compreensão da natureza como um bem que pode perecer e que, portanto, precisa ser protegido. Não se pode dizer, entretanto, que a totalidade dos trabalhadores das comunidades pesquisadas reproduz na prática os conhecimentos agroecológicos assimilados, mas, se entendermos, como diz um dos trabalhadores entrevistados, que a mudança da mentalidade e da prática produtiva é um processo que só se efetiva a longo prazo, o primeiro passo para sua consolidação já foi dado. Isso porque não se pode querer, de fora pra dentro, que as pessoas modifiquem sua forma de viver apenas porque acreditamos que isso é necessário; é preciso que os próprios trabalhadores se predisponham à mudança, que se empenhem na construção de uma outra condição de vida; condição essa não mais marcada por privações e negações, mas por lutas esperançosas e conquistas de dignidade e cidadania.

Em vista dos resultados do projeto, tendemos a crer que o grande mérito do Terra Solidária foi possibilitar aos trabalhadores o resgate de sua dignidade, o

reconhecimento e o respeito pelo que são. Não há nada mais pernicioso para um homem e/ou para uma classe, que o fato de não se reconhecer enquanto coletividade, de não entender sua própria história e de não saber a respeito de seu pertencimento e de sua identidade. Isso fragiliza, causa vergonha e diminui a auto-estima ante aos opressores. Quando o sujeito não se reconhece em si mesmo, o outro passa a ser a imagem daquilo que ele gostaria de ser; a identidade se perde e ele fica à mercê do que os fazem crer aqueles que desejam sua submissão e covardia.

Hoje, quando falam de si mesmos, os trabalhadores transmitem firmeza e segurança, demonstram que se reconhecem nos seus iguais, também trabalhadores rurais, com os quais compartilham a trajetória de vida sofrida, as privações a que foram submetidos e as esperanças por uma vida melhor. A fala de um trabalhador é reveladora nesse sentido. Diz ele: “a gente tinha medo que um outro chegava ali bem vestido, o prefeito no caso (...). Depois a gente começou a sentir assim que todo mundo é igual (...). O ser humano tem que ser tratado com igualdade”. Entender que não há o que temer diante do outro, seja ele quem for, revela o quanto esses trabalhadores recuperaram a auto-estima e o quanto reconhecem seu pertencimento. Na fala dos entrevistados há uma percepção de que o homem, independentemente do papel social que ocupa e de sua formação, merece ser tratado com dignidade pelo fato de *ser humano*.

Vale dizer que se trata de uma recuperação da dignidade não só porque concluíram o ensino fundamental, que na ausência também motiva a vergonha e a submissão, mas principalmente porque eles se reconhecem *um no outro*; porque o estreitamento das relações promovido pelos encontros semanais das aulas provocou esse reconhecimento mútuo do que são. A percepção de que fazem parte da comunidade lhes faz pertencente a um grupo que lhes empresta uma referência, uma história, um lugar de origem e com qual se tem uma relação de pertencimento histórico.

Nesse sentido, os dados apontam para resultados de âmbito individual e coletivo. Enquanto a escolarização e a certificação promoveram um sentimento de auto-estima e de orgulho desses trabalhadores diante de si mesmos e dos outros; as relações estabelecidas durante as aulas, e em função delas, promoveu o reconhecimento mútuo da identidade e do pertencimento rural e estabeleceu um sentimento de solidariedade - tão raro em período de extrema individualidade.

Por tudo isso, podemos reconhecer que o Terra Solidária, de fato, impulsionou o início de um processo de mudanças na vida e na comunidade desses trabalhadores. A

despeito das críticas que são plausíveis e que se deve fazer ao projeto Terra Solidária e à própria CUT, os fatos e as falas dos trabalhadores revelam um avanço na forma de se posicionarem e de agirem diante da vida; avanço esse que não pode ser negado sob o risco de desconsiderarmos o que há de positivo nesse projeto educativo. É claro que as mudanças não são radicais pelo fato mesmo de que um processo de conscientização é lento e depende não apenas da instauração de uma 'nova mentalidade', mas, principalmente, de que os homens assumam o desafio de mudar os rumos de suas vidas, de abandonarem as posturas fatalistas e resignadas que levam a uma visão comodista sobre o mundo.

Do ponto de vista psicossocial o Terra Solidária, em muitos aspectos, responde à concepção de educação popular por nós defendida. Dessa feita, entendemos que seu caráter popular reside no fato de tomar a vida imediata e o trabalho humano como ponto de partida e de chegada do processo educativo. Não há dúvida de que o projeto busca desvelar a vida imediata e resgatar historicamente o processo de exclusão e de pauperização do trabalhador rural como ponto de partida para uma tomada de consciência que possa se desdobrar em ações que mudem a realidade dos trabalhadores. Nesse sentido, acreditamos que o resgate da identidade e do pertencimento social, promovido pelo projeto, fez crescer a auto-estima dos trabalhadores, gerando um desejo esperançoso por vida e trabalho com dignidade.

Entretanto, entendemos que a resposta ao questionamento que fundamenta a pertinência dessa pesquisa não corrobora em absoluto uma avaliação totalmente positiva do Terra Solidária enquanto o divisor de águas das práticas formativas da CUT entre os anos 80 e 90. Considerando-se as avaliações até agora feitas, nossa resposta ao questionamento - de que o Terra Solidária seja ou não uma *alternativa de educação popular* capaz de mediar a organização dos trabalhadores rurais em prol de seus interesses - é sim e não.

Sim, porque não se pode negar que as falas dos trabalhadores indicam mudanças em suas vidas (pessoal e profissional); não se pode negar também que suas declarações mostram um processo, ainda que lento, de conscientização, uma 'nova mentalidade' (sobre a vida, trabalho e identidade) e um engajamento político, sindical e comunitário, sendo gestado. Não, porque contraditoriamente, se de um lado a CUT promove uma educação que visa instrumentalizar os trabalhadores rurais para que permaneçam no campo e para que se organizem e lutem por condições de trabalho e vida dignas, de

outro, compactua com a minimização da responsabilidade social do Estado no cumprimento da educação como direito constitucional e humano de cidadania.

Nosso entendimento é de que o movimento sindical cutista deve fomentar e efetivar projetos alternativos de educação que façam frente à educação oficial que não tem contribuído para formar sujeitos autônomos, conscientes e auto-gestionários. Todavia, tais práticas estão longe de se configurarem como oferecimento de escolarização e profissionalização em substituição ao Estado. Pelo contrário, cabe ao movimento cutista instrumentalizar politicamente os trabalhadores através de uma educação contra-hegemônica e, ao mesmo tempo, cumprir seu papel político de reivindicar, veementemente, ao Estado a oferta de políticas públicas na educação, na saúde, na previdência, dentre outros direitos.

Não se pode acusar a CUT de oferecer *alternativas paliativas à exclusão social e escolar*, mesmo porque se entende que o projeto Terra Solidária, ao menos teoricamente, é comprometido com a classe trabalhadora e, dentro de seus limites, responde às necessidades educativas dos trabalhadores rurais. Porém, não se pode ignorar que, na contra-mão de sua própria história, a CUT, através de suas novas práticas formativas, tem negado seu papel político de organização e formação política e, o que é pior, tem participado diretamente de um processo que ela mesma nega, a saber, a institucionalização das políticas neoliberais que visam minimizar a responsabilidade social do Estado via transferência do oferecimento de políticas públicas para organismos não-estatais.

De um lado a crítica, de outro, a negação explícita da crítica. Denuncia com uma mão as políticas do Estado neoliberal e com a outra faz exatamente o contrário: compactua, faz parcerias, oferece escolarização e profissionalização tal qual o Terceiro Setor.

Entendemos que o movimento sindical cutista não pode perder seu caráter político e combativo em função de verbas públicas, facilmente conseguidas, financiadoras de projetos educativos que extrapolam o alcance da prática sindical. E mais, à medida que um projeto educativo do movimento sindical é financiado pelo Estado, corre-se o risco de que ele perca seu caráter contra-hegemônico e reproduza, em alguma medida, a educação formal em função das amaras impostas pela lógica do financiamento. Via de regra, quem financia dita as normas.

Voltamos a frisar que, não é papel do movimento sindical oferecer escolarização e profissionalização. Mas, se o movimento entende que nesse momento histórico isso

pode ser uma ação estratégica contra as políticas neoliberais, então que o faça. Mas o faça de forma autônoma, independente, livre dos tentáculos manipuladores do Estado, como uma alternativa à educação oficial e não como substituição à educação pública de qualidade, democrática e para todos.

Antes de finalizar gostaríamos de chamar atenção para uma questão que não podemos desconsiderar. É um fato curioso que tenhamos iniciado essa pesquisa em um período de desalento, de agonia generalizada, onde os fatos sociais e políticos devastavam até as mais otimistas esperanças de uma vida melhor, e estejamos, agora, concluindo essa dissertação num momento de euforia por um governo popular que sobe ao poder aclamado principalmente pela população mais sofrida. Esse fato, de certo, traz conseqüências as nossas conclusões, não porque a conjuntura tenha mudado radicalmente, mas porque a esperança é viva.

Introduzimos nossa fala, no capítulo III, denunciando os efeitos neoliberais que causam resignação e apatia política e que, por isso mesmo, demandam uma nova lógica social, uma consciência crítica e a retomada de posturas participativas da população na redefinição dos rumos do país. E não há dúvida que as políticas neoliberais estão no cerne do esfriamento das lutas populares nos anos 90. O aumento do desemprego e o alargamento das diferenças sociais impuseram às classes populares e as suas organizações um recuo na forma de reivindicar a efetivação das condições mínimas para uma vida com dignidade. O avanço dos organismos do Terceiro Setor, consonantes com a minimização da participação estatal no provimento das políticas públicas, fez retroceder os movimentos que não se adequaram à lógica de *cidadania outorgada* e de *participação indireta*.

Nos anos 90, as políticas neoliberais puseram em xeque a necessidade da participação direta da população na reivindicação de seus direitos sociais, fazendo ressurgir posturas de passividade diante das necessidades imediatas. O Estado outorgou ao Terceiro Setor o direito de intermediar as reivindicações populares, marginalizando o imperativo democrático de participação popular. Quanto ao movimento sindical, as ações deixaram de ser combativas, as lutas ficaram no âmbito dos acordos e das negociações e a relação com o Estado chegou às raias da parceria, da substituição e da minimização de suas responsabilidades sociais.

No entanto, o cenário político brasileiro atual parece se desenhar como um momento único para relação entre o sindicalismo, os movimentos sociais, a população e o Estado. Há uma crença generalizada de que, pela primeira vez, será efetivado um

governo verdadeiramente democrático, com o qual os movimentos sociais e sindicais poderão dialogar sem sucumbir aos seus desmandos.

Há uma possibilidade de que o atual governo brasileiro se identifique e responda aos anseios dos trabalhadores e das classes populares. O sonho de um governo democrático que vem sendo gestado há anos, pelos movimentos e organizações populares, encontra em fim uma esperança de eco. E, pelo fato de esse governo ter nascido no bojo dos movimentos e das lutas populares, essa esperança se torna ainda mais viva.

Apesar da crença na mudança, na qual nos agarramos em nome do ideal de sociedade que defendemos, não temos ainda repostas, mas sim, muitas interrogações ansiosas. Esperamos por uma sinalização de que é chegada a hora de uma relação orgânica entre o governo e a população desfavorecida e suas organizações; o momento de se estabelecer novas relações sociais e de poder baseadas no diálogo e no respeito pelo povo.

Existe, ainda, a expectativa por um novo pacto social, como defende o Partido dos Trabalhadores, que reúna governo, empresários, trabalhadores e movimentos sindicais e sociais; um pacto social que extrapole os arranjos econômicos, que historicamente respondem às necessidades do Capital, e estabeleça uma inversão de prioridades na qual a dignidade do homem explorado esteja acima das especulações e dos lucros que beneficiam um pequeno grupo de favorecidos. Mas ainda é cedo para qualquer especulação.

Os fatos ainda são incipientes e, por isso, uma nova questão se coloca: será possível ao sindicalismo superar, principalmente agora, a tutela do Estado, e colocar-se criticamente sem o risco de represálias ou, o que é pior, de conivências?

No que diz respeito, especificamente, às práticas formativas da CUT financiadas pelo poder público, não é possível pressupor qualquer mudança. Mesmo assim, preferimos crer que o novo governo deverá tomar as rédeas de um Estado cumpridor de suas responsabilidades sociais.

Esperamos a concretização de um Estado no qual a terceirização dos serviços públicos não seja tomada como regra e, menos ainda, como discurso falacioso de uma democracia enganosa que no governo anterior serviu como cortina de fumaça para a gradual saída do Estado do âmbito das políticas públicas e do oferecimento dos direitos básicos, aos quais todos os cidadãos têm direito.

E, por fim, visto que o movimento sindical pode e deve ser um mecanismo de interlocução entre o Estado e os trabalhadores, e considerando-se que a conjuntura política do país pode favorecer esse diálogo, projetos como Terra Solidária devem ser apresentados como propostas de políticas públicas de educação que possam, efetivamente, responder às necessidades formativas dos trabalhadores rurais. Dessa forma, acreditamos que o movimento sindical possa cumprir seu papel propositivo sem perder seu caráter político de fiscalizador e organizador de lutas reivindicativas.

## Referências

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *O corporativismo em declínio*, in Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 51-57.
- ANTUNES, Ricardo. *Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Circulo do Livro, 1992.
- ARROYO, Miguel. *O direito do trabalhador à educação*, in Carlos Minayo Gomez. *Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARRUDA, Marcos. *A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral*, in Carlos Minayo Gomez. *Trabalho e conhecimento: dilemas da educação o trabalhador*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.
- BARREIRO, Julio. *Educación popular y procesos de conscientización*. 10ª edição. México: SigloVeintiuno Editores, 1985.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: UNICAMP, 1991.
- BORDA, Orlando Fals. *Aspectos teóricos da pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular*, in C. R. Brandão (org.), *Pesquisa Participante*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 42-61.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisar-participar*, in C. R. Brandão (org.), *Pesquisa Participante*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9-16.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *Educação comunitária: faces e formas*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CARTA DE BELO HORIZONTE. *Forma & Conteúdo*, Belo Horizonte, 19 dez.de 1999, p. 9-10.
- CIAMPA, Antonio da Costa. *Identidade*, in M. T. S. Lane & W. Codo (orgs.), *Psicologia Social – O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 58-74.
- CUT. *Projeto político pedagógico: Terra Solidária*. Curitiba, 2001.

- \_\_\_\_\_. *Política Nacional de Formação*. Curitiba, 1999.
- DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania* in Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-115.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. 1959. 141 p. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª edição. São Paulo: Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. *Novas práticas e velhos olhares em psicologia comunitária; uma conciliação possível?*, in L. Souza, M. F. Q. Freitas, & M. M. P. Rodrigues (orgs.), *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, p. 79-90.
- \_\_\_\_\_. *Voices from the South: The Construction of Brazilian Community Social Psychology*. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 2000. p. 315-326.
- FRIGOTTO, Gaudêncio, *Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional* in Pablo Gentili (org.), *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GARCIA, Marco Aurélio. *Esquerdas: rupturas e continuidades* in Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 119-136.
- GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIL, A. C. *Como classificar as pesquisas?*, in A. C. Gil, *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1994, p. 26-34.
- GOHN, Glória. *Movimentos sociais e educação*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Terceiro Setor no Brasil: que tipo de associativismo é esse?*, in Glória Gohn, *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 19997.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da educação*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HELLER, Ágnes. *Sociología de la vida cotidiana*. 3ª edição. São Paulo: Edições Península, 1991.
- KATZ, Cláudio, BRAGA, Ruy & CAGGIOLA, Osvaldo (orgs.). *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- KUENZER, Acácia. *Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola*, in Gaudêncio Frigotto (org.), *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final do século*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 55-75.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.
- LANDIM, Leilah. "Experiência militante": *Histórias das assim chamadas ONGs*, in Leilah Landim (org.), *Ações em sociedade*. Rio de Janeiro: ISER/NAU, 1998.
- LANE, Sílvia T. M. & CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- MANFREDI, Sílvia Maria. *A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci*, in Aínda Bezerra & Carlos Rodrigues Brandão (orgs.), *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Acción e ideología: psicología social desde Centroamérica*. 6ª edição. El Salvador: UCA Editores, 1995.
- \_\_\_\_\_. *El Latino indolente: caracter ideológico del fatalismo Latinoamericano*. in M. Montero (coord.), *Psicología política Latinoamericana*. Caracas: Editorial Panapo, 1987. p. 135-158.
- \_\_\_\_\_. *Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica II*. El Salvador: UCA Editores, 1989.
- MARX, Karl & ENGELS, Frederick. *A ideologia Alemã*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- MONTERO, Maritza. *A través del espejo: una aproximación teórica al estudio de la conciencia social en América Latina*. in M. Montero (coord.), *Psicología política Latinoamericana*. Caracas: Editorial Panapo, 1987. p. 163-202
- \_\_\_\_\_. *La participación: significado, alcances e límites*. in M. Montero, E. Jaua, E. Hernandez, J. P. Wyssenbach, S. Medina, S. Hurtado S. & A. Janssens (orgs.), *Participación: ámbitos, retos y perspectivas*. Caracas: Ediciones CESAP, 1996. p. 7-20.
- OLABUÉNAGA, J. Ignácio Ruiz & ISPIZUA, M. Antonia. *La entrevista en profundidad*. in J. Ignácio Olabuénaga & M. Antonia Ispiuza, *La descodificación de la Vida Cotidiana*. Bilbao: Universidade de Duesto, 1989, p.125-152.
- OLIVEIRA, Francisco. *Neoliberalismo à brasileira*, in Emir Sader & Pablo Gentili (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1995.
- SANDOVAL, Salvador A. M. *Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência da política no Brasil*, in M. J. P. Spink (org.), *A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 59-74.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Política e história em disputa: o novo sindicalismo e a idéia da ruptura com o passado*, in Iram Jácome Rodrigues (org.), *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. *Sociedade civil e a construção de espaços públicos*, in Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 91-102.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *A esquerda e a redescoberta da democracia*, in Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 127-136.
- TORRES, Carlos Alberto. *Estado, privatização e política educacional*, in P. Gentili (org.), *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WANDERLEY, Luis Eduardo W. *Educação popular e processo de democratização*. In Ailda Bezerra & Carlos Rodrigues Brandão (orgs.), *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

## Anexo I

## Quadro de caracterização dos sujeitos que participaram da pesquisa de campo.

Sujeito	Sexo	Idade	Escolaridade	Trabalho	Participação		Município
					Comunidade	Sindicato	
Trabalhador 1	M	46	Ensino Fundamental	Agricultura	Frequente	Não Participa	Cerro Azul
Trabalhador 2	M	47	Ensino Fundamental	Agricultura	Frequente	Não Participa	Cerro Azul
Trabalhador 3	M	28	Ensino Fundamental	Agricultura	Frequente	Não Participa	Cerro Azul
Trabalhador 4	M	22	Ensino Fundamental	Agricultura, Outros	Eventual	Não Participa	Cerro Azul
Trabalhador 5	F	23	Ensino Fundamental	Agricultura, Doméstico, Outros	Frequente	Não Participa	Cerro Azul
Trabalhador 6	F	20	Ensino Fundamental	Agricultura, Doméstico, Outros	Frequente	Não Participa	Cerro Azul
Trabalhador 7	F	23	Ensino Fundamental	Agricultura, Doméstico, Outros	Frequente	Frequente	Itaperuçu
Trabalhador 8	M	26	Ensino Fundamental	Agricultura, Outros	Eventual	Eventual	Itaperuçu
Trabalhador 9	F	33	Ensino Fundamental	Agricultura, Doméstico, Outros	Frequente	Eventual	Itaperuçu
Trabalhador 10	M	39	Ensino Fundamental	Agricultura	Frequente	Frequente	Itaperuçu
Trabalhador 11	M	35	Ensino Fundamental	Agricultura, Outros	Frequente	Frequente	Itaperuçu
Trabalhador 12	M	35	Ensino Fundamental	Comércio	Eventual	Eventual	Itaperuçu

**Anexo II****Entrevista em Profundidade/Roteiro**

Nome:           Sexo:                   Idade:                   Estado Civil:           Nº de filhos:  
Escolaridade:  
Atividade em que trabalha:

**I - Sobre a experiência escolar**

- 1- Antes do Terra Solidária como foi sua vida escolar? Como era(m) a(s) escola(s) em que você estudou? O que você considera positivo e negativo nessa(s) escola(s)?
- 2 – Você parou de estudar alguma vez? Por quê? Quanto tempo você ficou sem estudar? Por que você voltou a estudar?

**II – Sobre o Terra Solidária.**

- 1 - Como você soube/ouviu falar do Terra Solidária?
- 2 – Por que você resolveu ser aluno do Terra Solidária?
- 3 – Existem diferenças e semelhanças entre o projeto Terra Solidária e a(s) outra(s) escola(s) onde você estudou? Quais são essas diferenças e semelhanças.
- 4 – Você sabe de onde vem o dinheiro que mantém o Terra Solidária? Qual sua opinião sobre o fato do Terra Solidária ser mantido com dinheiro do governo/verbas públicas?
- 5 – Quem você acha que deve oferecer educação escolar para os trabalhadores rurais: CUT, Governo ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Por quê?
- 6 – O que você pensa sobre o fato da CUT estar oferecendo educação escolar para os trabalhadores rurais? Isso tem pontos positivos e negativos? Quais?

### III – Sobre as expectativas e os objetivos

- 1– Você esperava que o projeto trouxesse algum benefício para você? Quais? Você alcançou esses benefícios?
  - Se sim: O que ajudou para que você alcançasse esses benefícios?
  - Se não: O que atrapalhou para que esses benefícios não fossem alcançados?
- 2 - Você esperava que o projeto trouxesse algum benefício para sua comunidade? Quais? Esses benefícios foram alcançados?
  - Se sim: O que ajudou para que você alcançasse esses benefícios?
  - Se não: O que atrapalhou para que esses benefícios não fossem alcançados?
- 3 – O que você pensava sobre o Terra Solidária no início do curso? Sua opinião mudou? O que mudou? Por que mudou?

### IV – Sobre os resultados

- 1 – O Terra Solidária foi importante na sua vida você? Por que? O que você pensa sobre esse tipo de ensino/escola? Existem pontos positivos e negativos nesse tipo de ensino/escola? Quais são?
- 2 - O Terra Solidária provocou alguma mudança em sua vida pessoal? Quais foram essas mudanças?
  - Se sim: O que ajudou para que essas mudanças acontecessem?
  - Se não: O que contribui para que essas mudanças não acontecessem?
- 3 - E em sua vida profissional houve alguma mudança? Quais foram essas mudanças?
  - Se sim: O que ajudou para que essas mudanças acontecessem?
  - Se não: O que contribui para que essas mudanças não acontecessem?
- 4 – Você participa na comunidade?
  - Se sim: Como é sua participação? O Terra Solidária provocou alguma mudança na sua forma de participar na comunidade? Quais foram essas mudanças?
  - Se não: Por que você não participa? O Terra Solidária provocou alguma mudança na sua forma de participar na comunidade? Quais foram essas mudanças?
- 5 – Você participa de algum sindicato? Qual?

- Se sim: Como é sua participação? O Terra Solidária provocou alguma mudança na sua forma de participar no sindicato? Quais foram essas mudanças?
  - Se não: Por que você não participa? O Terra Solidária provocou alguma mudança na sua forma de participar no sindicato? Quais foram essas mudanças?
- 6 – O Terra Solidária trouxe alguma mudança para sua comunidade? Quais foram essas mudanças?
- Se sim: O que ajudou para que essas mudanças acontecessem?
  - Se não: O que contribuiu para que essas mudanças não acontecessem?
- 7 - Você mudaria alguma coisa no projeto Terra Solidária. O que você mudaria? Por que você mudaria isso?
- 8 - Como deve ser uma escola para trabalhadores(as) rurais, para o povo do campo? O que ela deve ensinar? Por que ela deve ensinar isso?